Comissão Científica de Exploração: uma experiência de transição no fazer científico brasileiro

Scientific Committee of Exploration: an experience of transition in Brazilian scientific practice

Karoline Viana Teixeira[1]

1
Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Contato: karolineteixeira@gmail.com

Resumo

Em sua época, a Comissão Científica de Exploração conheceu a glória de ser a primeira expedição formada exclusivamente por brasileiros, destinada a encontrar no Ceará materiais e técnicas que acelerassem a marcha civilizatória do Império brasileiro – mas que logo se transformou em pecha de iniciativa malfadada, cara e inútil. O legado desta viagem exploratória passou décadas sem suscitar interesse entre os pesquisadores. Nos últimos anos, mesmo retomado por estudos acadêmicos, o tema ainda é lembrado mais pelo seu teor anedótico e por suas alcunhas pejorativas, chegando-se quase sempre à conclusão de que foi um empreendimento que não correspondeu às expectativas e investimentos. Além de proceder a uma revisão crítica das interpretações da expedição às províncias do Norte, gostaria de abordar aqui a experiência da Comissão Científica dentro das possibilidades e limites no uso da ciência como braço intelectual do desenvolvimento do Império, um país que buscava lidar com a herança colonial e, ao mesmo tempo, estabelecer-se como

nação moderna e civilizada, capaz de empreender o conhecimento de seu próprio território.

Palavras-chave
Comissão Científica de Exploração,
história natural, nação

Abstract
In its time, the Scientific Committee of Exploration knew the glory of being the first expedition formed exclusively by Brazilians naturalists, destined to find in Ceará materials and techniques which may accelerate the march of civilization in Brazilian Empire – but it soon turned into reproach as an ill-fated, expensive and useless initiative. The legacy of this exploratory trip went decades without raising interest among researchers. In recent years, even taken by academic studies, the topic is still remembered more for its anecdotal content and its pejorative nicknames, and almost invariably coming to conclusion that it was a project that did not meet expectations and investments. In addition to undertake a critical review of the interpretations of the expedition to the northern provinces, I would like to address here the experience of the Scientific Commission within the possibilities and limits the use of science as an intellectual arm of the development of the Empire, a country that sought to deal with the colonial legacy and, at the same time, establish themselves as modern and civilized nation, able to take the knowledge of its own territory.

Keywords
Scientific Committee of Exploration,
natural history, nation

Em meados do século XIX, o Império brasileiro – ex-colônia tornada país neófito e governada por descendentes da antiga metrópole – manda ao Ceará alguns dos nossos mais destacados naturalistas do período[2], com o fito de explorar algumas das províncias menos conhecidas do Brasil. No discurso proferido na sessão de 30 de maio de 1856 do Instituto Histórico

2
A Comissão Científica foi dividida em cinco seções: Botânica, a cargo de Francisco Freire Alemão (que também era o presidente da Comissão); Geológica e Mineralógica, chefiada pelo engenheiro Guilherme Schüch de Capanema; Zoológica, destinada ao naturalista Manuel Ferreira Lagos; Astronômica e Geográfica, confiada ao matemático Giacomo Raja Gabaglia; e Etnográfica e Narrativa de Viagem, encarregada ao escritor e historiador Antonio Gonçalves Dias. Além dos adjuntos, mateiros e outros ajudantes, acompanhava a expedição o pintor José dos Reis Carvalho, ex-aluno de Debret e professor de desenho da Escola Imperial da Marinha.

e Geográfico Brasileiro – que idealiza a viagem exploratória, juntamente com o Museu Nacional –, o zoólogo Manoel Ferreira Lagos justifica o projeto ao imperador Pedro II ao questionar os resultados da viagem do naturalista Francis de la Porte, conde de Castelnau, às regiões centrais da América do Sul. Já era tempo, segundo Ferreira Lagos, não apenas de desmentir o exame feito por este e outros viajantes estrangeiros de má-fé ou levianos. Dever-se-ia mostrar que aqui não nos faltavam pessoas de talento e com as habilitações necessárias para a pesquisa científica (Braga, 1962, p. 15-17).

A opção de uma viagem por terra às províncias do Norte, "parte do Império menos conhecida e mais digna de ser estudada", é justificada pela "crença geralmente aceita de ser o solo do Ceará porventura o mais metalífero de todo o Brasil" (Dias *apud* Braga, 1962, 159-160), a partir de investigações promovidas desde finais do século XVIII. Tal atitude pode ser identificada com a política pombalina de procurar tesouros naturais em suas colônias tropicais, que incluía desde o envio de "vassalos ilustrados" formados em Coimbra até a mobilização de comerciantes e lavradores ilustrados a fazer experimentos agrícolas e redigir memórias em troca de promessas de privilégios fiscais, de monopólios e preços especiais (Dias, 2005, p. 50-51).

Nesse sentido, o protagonismo do Brasil numa empreitada de exploração técnico-científica dessas regiões concorreria não apenas para a necessidade estratégica do governo imperial em conhecer as potencialidades geográficas e naturais de seu território, "como também instituir um discurso de saber, de cariz nacional e devidamente autorizado (posto que assentado nos princípios de observação direta e rigor metódico) para inserir o país no prestigioso âmbito da comunidade científica internacional" (Silva Filho, 2006, p. 9).

Mas uma série de contratempos políticos e financeiros, além de episódios destacados pelo tom anedótico – como o suposto comportamento libertino de Capanema e Gonçalves Dias, a malfadada aclimatação de 14 camelos vindos da Argélia para o transporte dos comissionados e a perda do material

da Seção Geológica no naufrágio do iate Palpite – tornariam a expedição "mal falada, de reputação duvidosa, [sendo que] alguns chegaram a referir-se a ela como comissão defloradora (...). Seu principal apelido foi, no entanto, Comissão das Borboletas, o que desvia a crítica da moralidade para a inutilidade da empreitada" (Kury, 2001, p. 29). A imprensa do Ceará e da Corte tornaram-se a arena palpitante tanto das notícias sobre as desventuras da Comissão quanto das réplicas e tréplicas de comissionados, como Gonçalves Dias e Capanema.

Além de compor o acervo do Museu Nacional, os produtos trazidos do Ceará foram objeto de várias exposições públicas, incluídos na mostra de produtos nacionais levada para a Exposição Universal de 1862, em Londres. Mas, diferente do que se ambicionava, não houve nenhuma grande publicação dos resultados da Comissão Científica. A morte prematura de alguns dos membros da Comissão[3], os problemas de saúde que limitaram o trabalho do presidente da Comissão, Freire Alemão (que trouxera o maior acervo de espécimes e escritos), a transferência de recursos para a guerra contra o Paraguai e o fato de Capanema e Lagos terem assumido cargos na estrutura do Império, também contribuíram para o esparsamento de publicações em relação ao vasto acervo trazido da província cearense.

Excetuando o estudo referencial de Renato Braga pelo centenário da vinda dos científicos ao Ceará, nos últimos anos a historiografia tem retomado o tema em artigos, estudos acadêmicos e publicações. Além de um ensaio crítico-histórico sobre a empreitada, a *História da Comissão Científica de Exploração* (1962) traz documentação inédita ou até então só publicada parcialmente, como as Instruções para a Comissão Científica encarregada de explorar o interior de algumas províncias do Brasil, a Introdução aos Trabalhos da Comissão Científica, os Relatórios apresentados no IHGB por Freire Alemão, Capanema e Lagos, a Parte Histórica elaborada por Gonçalves Dias, além de 39 aquarelas de Reis Carvalho em preto e branco.

3
Manuel Freire Alemão, o Freirinho, sofreu uma rutura de aneurisma em 14 de maio de 1863. Botânico assistente de Freire Alemão durante a viagem ao Ceará, esperava-se que ele desse continuidade ao legado do tio, já em idade avançada. Um ano depois, após tratamentos de saúde malsucedidos na Europa, Gonçalves Dias morreria no naufrágio do navio que o trazia de volta ao Brasil, sem escrever o relatório da Seção Etnográfica (Braga, 1962, p. 90 e 99).

A expedição também é referenciada por Margaret Lopes num tópico da obra *O Brasil descobre os sertões* (1995). A autora conclui que, apesar das divergências no seio da comunidade científica emergente no país e das possíveis discrepâncias entre suas capacidades individuais, a Comissão teria "cumprido seu papel". Forneceu não apenas as coleções naturais para o então Museu Imperial, como a biblioteca arrebanhada na Europa serviu de impulso para estudos posteriores na instituição (Lopes, 1995, p. 141-143). Em 2003, Maria Sylvia Porto Alegre segue um percurso similar ao de Braga em *Comissão das Borboletas,* denotando já desde o título uma abordagem da expedição como algo que não correspondeu às expectativas. A autora dedica as primeiras 50 páginas a um estudo introdutório do périplo cearense. Já as 42 páginas restantes trazem uma memória inédita sobre os índios da Serra da Ibiapaba escrita por Freire Alemão e uma descrição dos acervos do presidente da Comissão e das obras do pintor Reis Carvalho. Mais recentemente, uma coletânea de textos analisando o legado da expedição, ricamente ilustrada pelas aquarelas de Reis Carvalho, desenhos de Freire Alemão e litografias de Henrique Fleiuss dos objetos indígenas trazidos por Gonçalves Dias da Amazônia, foi organizada por Lorelai Kury em *Comissão Científica do Império, 1859-1861* (2008).

Em 2006 e 2007, o Museu do Ceará publica a coleção Comissão Científica de Exploração, que merece destaque. No primeiro volume, *Os Ziguezagues do Dr. Capanema,* organizado por Sylvia Porto Alegre, temos os artigos escritos por Guilherme Capanema, sob pseudônimo, publicados no *Diário do Rio de Janeiro* entre 1860 e 1862, como forma de rebater as críticas sobre a expedição. Em *A Seca no Ceará,* encontramos escritos de Capanema e Giacomo Raja Gabaglia sobre o tema, com estudo introdutório de Kênia Sousa Rios sobre o processo que passou a relacionar o "flagelo das secas" com o estabelecimento de uma política de integração e identidade nacionais na segunda metade do século XIX. Já os dois últimos livros trazem a lume a primeira parte do

diário de viagem de Freire Alemão, acompanhado de estudo introdutório de Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho sobre a Comissão Científica como empreendimento estratégico e seu papel na construção de um saber de cariz nacional, além de levantar questões sobre a escrita do diário de viagem e os principais temas abordados pelo chefe da expedição neste documento. Em 2012, o texto integral do diário foi publicado pela Fundação Waldemar Alcântara.

Na parte de artigos acadêmicos, temos novamente Margaret Lopes (1996) e Lorelai Kury (2001), que abordam o tema num apanhado geral, porém bem delineado, localizando a experiência no contexto das viagens científicas feitas à época. Da área de Ciências da Terra, Heitor de Assis Júnior (2007) faz um levantamento biográfico sobre o pintor da expedição, José dos Reis Carvalho, e sua participação na Comissão Científica. Ele termina por analisar as aquarelas a partir de indícios da "influência de Freire Alemão nas escolhas dos motivos das obras pictóricas e desenhos de Reis Carvalho" (2007, p. 323), comparando em que medida certas descrições feitas por Freire Alemão em seus manuscritos "coincidem" com desenhos feitos pelo pintor.

Com relação às dissertações, Rachel Pinheiro (2002) desloca a correspondência de Guilherme Schüch de Capanema, chefe da Seção Geológica e Mineralógica da Comissão Científica, da função de fonte complementar com que muitas vezes foi abordada para estabelecer a trajetória da Comissão no âmbito das viagens científicas. Temos também o trabalho de Cláudio José Alves (2006) na área de História da Ciência, que apesar de ter o objetivo de delinear um "padrão estético próprio" de José dos Reis Carvalho nas obras por ele feitas no Ceará, procede apenas à descrição das aquarelas e algumas suposições sobre as opções estéticas do pintor. Por fim acaba caindo num certo anacronismo, ao avaliar tais obras como apreensões fidedignas da "realidade social", que fortalecem "nossa identidade de povo brasileiro" (2006, p. 88). Em 2011, Paulo César dos Santos apresenta, a partir de uma abordagem transversal, uma análise dos temas e tipos observados

na produção colhida em campo e trabalhada pelos "científicos", com suas estratégias e práticas discursivas de apreensão do espaço.

O que se percebe nestes trabalhos sobre a Comissão Científica, em maior ou menor medida, é a abordagem generalista do tema. Em alguns casos pode-se compreender esta abordagem dentro de uma retomada da Comissão como objeto de pesquisa, que começava a dar seus primeiros passos. Entretanto, identifica-se por vezes uma recorrência viciada de fontes, abordagem de fontes e mesmo de análises; a busca de uma visão total desta experiência acaba dessa forma esbarrando na impossibilidade de dar conta do complexo legado destes naturalistas e de sua viagem à província cearense. Há que se notar um hiato significativo entre a obra de Renato Braga, ainda hoje referencial, e os estudos e publicações realizados nos últimos anos, voltados para a publicização de documentos referentes à Comissão e estudos mais específicos. Muitos deles, entretanto, acabam praticamente repisando os passos e a tônica de Braga. Mesmo quando a proposta é focar no trabalho de um dos membros da Comissão, como por exemplo no caso de Alves (2006), percebe-se uma tendência a tergiversar e uma certa dificuldade em fazer uma análise mais profunda que contemple as relações entre arte e ciência nas obras pictóricas realizadas pela Comissão Científica.

Assim, a proposta do presente artigo é analisar o empreendimento da Comissão Científica não em termos de "erros" ou "acertos", como colocam as interpretações feitas sobre a expedição na historiografia, mas dentro dos limites existentes no uso da ciência como braço intelectual do desenvolvimento do Estado. Acredito que, mais do que formar coleções, a Comissão Científica era um projeto voltado para a articulação de diversos saberes obtidos a partir da experiência do deslocamento pelos sertões, como textos, coleções, desenhos e outros registros que buscam contribuir na formação de uma identidade social e espacial do Brasil. Considerando os limites do formato artigo, vamos nos concentrar na fase preparatória desta expedição científica.

Ao retomarmos, por exemplo, a proposta da Comissão Científica de Exploração, referenciada no início deste artigo, é preciso destacar certos elementos a fim de tirar o episódio de sua "forma consagrada". O próprio Renato Braga caracteriza o propositor da Comissão como "vivo, laborioso, com capacidade de compor e redigir habilmente", porém pouco afeito a catalogar e publicar seus escritos (Braga, 1962, p. 29). De fato, a memória sobre a viagem do conde de Castelnau, lida nas sessões do IHGB desde 1855 e que causou tal furor a ponto de suscitar um dos empreendimentos científicos mais vultosos do Império brasileiro, não chegou a ser publicada. E tal ausência soa mais estranha diante do Relatório dos Trabalhos do Instituto, que figura na edição de 1844 da *Revista do IHGB*.

Ferreira Lagos, então segundo secretário perpétuo, após dar notícias sobre a "afouta investigação" efetuada pelo cônego Benigno José de Carvalho, em busca de uma cidade antiga encravada nos sertões da Bahia — que, assim como a Comissão Científica, conhece a glória da expectativa e a condenação pela falta dos resultados esperados — lembra aos consócios a importância de o governo imperial seguir o conselho do naturalista bávaro Carl von Martius e apoiar comissões estrangeiras, como as dos "Srs. Conde de Castelnau, Visconde de Osery, I. G. Strain, e D. Pasquele Pacini"[4], fazendo-os inclusive acompanhar de alguns jovens engenheiros e naturalistas nacionais que, uma vez praticando com distintos sábios, colheriam muitos esclarecimentos de que ainda careciam. O que, afinal, mudou no pensamento daquele que considerava Castelnau um exemplo a ser seguido no relatório de 1844 e do autor da memória que, segundo o presidente do IHGB, revelava uma "viagem inçada de inexatidões, crespa de erros e frequentemente adversária da verdade das cousas de nossa terra"?[5]

Diferente de Martius, que atribuía à influência da Corte Real (e seus desdobramentos no Império) o progresso e a civilização do Brasil, Castelnau fez em seu relato de viagem duras críticas à herança lusitana. O conde faz notar a burocracia das instituições,

4
Relatório dos Trabalhos do Instituto no Sexto Ano Acadêmico, pelo 2º Secretário Perpétuo, Manoel Ferreira Lagos. *In Revista do IHGB,* tomo VI, 1844, p. 20-21.

5
Discurso do presidente do IHGB, sr. Visconde de Sapucaí. *In Revista do IHGB,* tomo XVIII, 1855, p. 480.

a ausência das mulheres no convívio social, o trato brutal em relação aos escravos e o ódio aos estrangeiros como principais fatores do atraso da civilização em nossas plagas. A extrema indolência, segundo ele, contamina até os patrícios que aqui permanecem por mais tempo, como um francês de nome Guilherme "antigo militar, grande literato e admirador entusiasta das doutrinas de Fourier, (...) que havia resolvido, segundo dizia, a partir de então, levar uma vida exclusivamente intelectual, embora condescendesse às vezes em passar a escova em cavalos ou mulas" (Castelnau, 2000, p. 46). Nem mesmo o cônego Januário da Cunha Barbosa, um dos fundadores do IHGB, "que passa por ser um dos homens mais instruídos do Brasil", escapou à crítica mordaz do naturalista (Castelnau, 2000, p. 46).

O que se depreende deste episódio é que a Comissão Científica de Exploração foi formada, antes de tudo, como uma afirmação da legitimidade do poder imperial e de um tipo de historiografia engendrado no seio do IHGB. Ao lado de um amadurecimento do poder imperial, percebe-se um forte apelo romântico ao associar a viagem científica à busca simbólica de uma singularidade nacional, entendida como a essência de cada povo. Algo particularmente sensível para uma elite letrada que, visando alcançar economicamente as nações do Velho Mundo e da América do Norte em plena expansão imperialista, volta-se para a criação de uma brasilidade enviando seus sábios para as regiões inexploradas do sertão.

A Comissão mobilizou alguns dos intelectuais e naturalistas mais renomados da época, participantes ativos de uma comunidade acadêmica que vinha se estabelecendo no país ao longo do século XIX, apoiada em redes institucionais de ensino, pesquisa, belas-artes e formação de coleções arqueológicas e do mundo natural. Instituições como os já citados IHGB e o Museu Nacional, e outras como a Academia Imperial de Belas Artes, as Faculdades de Medicina, o Colégio Pedro II, a Escola Central, eram abertas e/ou mantidas pelo mecenato do governo, num processo iniciado desde a instalação da Corte

joanina na colônia americana e seguida após a independência por seus descendentes, Pedro I e Pedro II. Por seu turno, tal política era associada ao estabelecimento de novas nações e nacionalismos no cenário mundial, tanto na Europa quanto nas antigas regiões coloniais, tendo na história natural um aliado estratégico importante para reforçar a posse de novos territórios e para a descoberta de materiais e técnicas que ampliassem os ganhos na Revolução Industrial em curso.

Um dia antes de embarcar no vapor Tocantins rumo ao Ceará, o botânico Francisco Freire Alemão escreveu mais uma missiva para Carl Friedrich von Martius, naturalista bávaro que percorreu o país durante a Expedição Austríaca e dedicou o restante de sua vida ao estudo das plantas brasileiras. Responde à reclamação de seu correspondente sobre a demora em enviar avaliações dos fascículos da *Flora brasiliensis* e amostras de plantas de restingas e madeiras locais que, contrariando a ideia de Martius, "não são fáceis de obter por meio de um moleque ladino". Relata-lhe sua atual situação profissional, jubilado da Escola de Medicina, mas chamado a reger uma cadeira de botânica, agora na Escola Central – frustrando o plano de estabelecer-se de vez no Mendanha, onde nascera. E só ao final do parágrafo anuncia-lhe estar "em véspera de uma grande viagem".

A viagem de que trato é uma expedição científica que o governo manda a explorar algumas províncias do Brasil. Sobre o resultado dessa expedição nada quero adiantar, é antes uma expedição de aprendizado, e de experiência para habilitar alguns moços a trabalhos ulteriores, e talvez mais importantes. São estes os desejos do Imperador e de todo o brasileiro. Parece que a primeira província a explorar-se será o Ceará. Espero e confio em Deus que voltaremos, e que Vossa Senhoria será logo informado do que se fizer de bom ou de mau, grande ou pequeno[6].

Anos antes, em carta a Giovanni de Brignoli, após discorrer sobre a extensão de nosso país e a escassez de sua povoação, fazendo com que conseguintemente

6
Carta ao Doutor Martius, em 25 de janeiro de 1859. In: DAMASCENO, Darcy e CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão,* catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 151.

comunicações entre as províncias fossem difíceis e as viagens, longas e dispendiosas, Freire Alemão diz ter em mente visitar as províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, "(...) lugar do meu nascimento; [mas qu]e eu não tenho visto nem a vigésima parte de seu território". Parece ser o máximo a que sua ambição e condições materiais então chegavam: uma excursão às províncias circunvizinhas da Corte. Além da dificuldade em acessar áreas de mata, que muitas vezes só se alcançam após derrubadas[7], provavelmente o botânico faria esta viagem "longa e dispendiosa" por conta própria, como já era seu trabalho de coleta de espécies botânicas, cuja demora tanto incomodava Martius. Pois, justifica Freire Alemão, se tanto "os brasileiros se dão pouco à cultura das ciências naturais" quanto "os governos, que se sucedem rapidamente e sempre agitados pelos movimentos políticos, não têm tido repouso bastante para fazer o inventário do rico legado com que a Natureza nos dotou", não é de admirar que as "riquezas naturais do Brasil fossem melhor examinadas e descritas pelos estrangeiros"[8].

A despeito das potencialidades que o mundo natural oferecia nos sertões brasileiros e o sensível interesse de outras nações pela América portuguesa, que desde a abertura dos portos enviavam para cá naturalistas, comerciantes, diplomatas, religiosos, militares etc., a institucionalização e o apoio às ciências ainda caminhavam a passos lentos, num país que mesmo depois da independência se via às voltas com insurreições internas e ameaças externas, com a adoção da via republicana por nossos vizinhos latino-americanos. Entretanto, as "circunstâncias do país" nas décadas de 1850 e 1860 prometiam ser outras: o Brasil vivenciava as benesses do Gabinete de Conciliação e o monarca, entusiasta das artes e das ciências, incentivava e patrocinava instituições letradas e viagens aos sertões, alinhando tais pesquisas aos imperativos políticos, econômicos e estratégicos da nação.

Mesmo considerando o tom geralmente obsequioso e humilde de Freire Alemão, surpreende em princípio o tratamento "de aprendizado" dado à

7
Resposta à carta de Martius, em 20 de julho de 1844. In: DAMASCENO, Darcy e CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão,* catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 117.

8
Resposta à primeira carta do Senhor Brignoli, 30 de setembro de 1840. In: DAMASCENO, Darcy e CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão,* catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 115 e 116.

expedição. Não só pelos arroubos com que Manoel Ferreira Lagos a propôs, o apoio imediato do imperador e o esmero que se vinha empregando na preparação das instruções de viagem e dos equipamentos importados da Europa – que incluía um vultoso acervo de livros científicos, material de acampamento, medicamentos, equipamentos de precisão, microscópios, produtos de preservação de espécies coletadas e até câmeras fotográficas. Percebe-se inclusive um clima de expectativa se formando na comunidade internacional, diante da possibilidade de uma expedição ao interior; desafiadora, mas rica em possibilidades. Em carta a Capanema, de 5 de maio de 1857, Gonçalves Dias, que se encontrava em Dresden na preparação da compra dos materiais da Comissão, comenta:

Só te devo dizer que o Sturtz com o seu costumado abelhudismo, pediu uns apontamentos relativos à tua comissão ao Dr. Gustav Ienzsch, de Dresden, que neste momento acabo de ler. Não sei que valor tem isso, mas o moço fez o que lhe pediu o Sturz, e um pouco vexado de semelhante incumbência[9].

Gonçalves Dias faz referência na carta a João Diogo Sturz[10], cônsul geral do Brasil na Prússia. O círculo de amizades que Dias buscava cultivar na Europa permitiu-lhe tomar conhecimento das indagações de Sturz sobre a Comissão, que entretanto estavam longe de um mero "abelhudismo". Sturz encabeçava um grupo de empresários que tentava obter, desde 1837, a concessão para explorar a navegação a vapor nos rios Amazonas, Tocantins, Solimões, Negro e seus afluentes. O projeto apresentado à Câmara dos Deputados previa a introdução de linhas regulares de vapores na região, solicitando em contrapartida uma série de vantagens, como o privilégio de exclusividade da navegação por 40 anos, isenção de impostos de importação sobre quaisquer compras realizadas fora do País para manutenção da atividade e "a doação de t*odas as minas de carvão ou qualquer outro mineral* que fossem descobertos nos

9
Carta de Antonio Gonçalves Dias a Guilherme Capanema. Dresde [n], 05/05/1857. *In Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), vol. 84, 1964, p. 219.

10
Carta de Antonio Gonçalves Dias a Guilherme Capanema. Dresde [n], 05/05/1857. *In Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), vol. 84, 1964, p. 219.

primeiros anos de atividade" (Gregório, 2009, p. 190 e 191, grifo meu).

Mesmo com a incerteza em relação ao projeto, que levaria mais de duas décadas para ser finalmente rejeitado pelo Senado, em 1864, fica clara a intenção de Sturz de se cercar do maior número de informações sobre os estudos geológicos a serem feitos pela Comissão Científica. Mesmo sem sabermos o teor dos apontamentos "encomendados" por Sturz (que poderia muito bem tê-los pedido diretamente à Capanema, já que ambos eram servidores do Império), tais informações poderiam levar a empresa a descobrir jazidas de carvão próximas à região amazônica antes do governo. Como a Seção Geológica também se ocupava da navegabilidade dos rios, poder-se-ia mesmo introduzir linhas a vapor no Ceará – estabelecendo de antemão nos contratos de concessão vantagens de exploração de minerais. Nas discussões na Câmara e no Senado, havia os que argumentavam que tais privilégios na navegação a vapor eram essenciais para o estabelecimento da atividade em regiões de difícil acesso. Por outro lado, a busca de informações "por fora" nos indica que o temor professado por alguns setores do Legislativo de que "um estrangeiro" como Sturz conseguisse tantas vantagens a ponto de fazer predominar interesses externos ao Império numa área estratégica não era de todo infundado.

No meio científico, Gonçalves Dias assevera ao imperador "que os jornais alemães se tem ocupado da nossa Comissão, e que eu pretendo deixar as cousas arranjadas de forma que possamos dar notícia dos seus trabalhos nas publicações alemãs, inglesas e francesas"[11]. Em carta a Manuel de Araújo Porto Alegre, de 6 de agosto de 1859, Martius considera "(...) objeto da minha mais viva simpatia a expedição científica, que o governo brasileiro neste momento dirige para a exploração das províncias do norte, e espero que no Ceará, tão pouco conhecida província, já se colheram faustos imensos". O naturalista bávaro pede-lhe então notícias a respeito do andamento da Científica para que possa comunicar a seu país "(...) o desvelo dos viajantes, cuja peleja

11
Carta de Antonio Gonçalves Dias a Dom Pedro II. Dresde[n], 04/11/1857. *In Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), vol. 84, 1964, p. 232.

contra perigos e incômodos não favorece uma correspondência comigo"[12].

Haveria aí uma queixa velada a Freire Alemão, por não conseguir obter dele as notícias botânicas que tanto ansiava? Somente em 20 de janeiro de 1863, o presidente da Comissão Científica retoma a correspondência com Martius. Relata-lhe ter recebido a carta de 12 de março de 1857, quando estava no Crato. "Não respondi de logo a ela, porque daquele lugar era fácil desencaminhar-se a minha carta; e depois que cheguei ao Rio de Janeiro, julguei melhor esperar algum tempo para acompanhar a minha resposta com a primeira publicação (...) da Seção de Botânica"[13].

O que se percebe é que mesmo os cientistas não estão imunes a certas veleidades, e entre mesuras recíprocas e troca de plantas, as cartas também serviriam para jogos de esconder e revelar. Para Freire Alemão, como para qualquer outro naturalista de seu tempo, presidir uma expedição como a Comissão Científica representaria não um treinamento para jovens naturalistas, mas o coroamento de sua trajetória profissional, tendo como principal referência a importância que a viagem ao interior do Brasil teve para seu interlocutor bávaro. Levando-se em conta todos os esforços empregados por Freire Alemão para se inserir na comunidade científica mundial, desde publicações pagas do próprio bolso até a formação de uma extensa rede de correspondentes, esta postura reticente pode indicar nele um desejo mais ambicioso do que participar do trânsito de pareceres e amostras botânicas. Freire Alemão criava expectativas e atrasava notícias no fito de garantir que o Brasil não mais seria um mero fornecedor de espécies, enviando-se as plantas já devidamente classificadas. Um expediente para angariar reconhecimento intelectual e uma posição de protagonismo tanto para si quanto para o império do qual era ilustrado servidor.

Outras inquietações, entretanto, poderiam ter inspirado aquela postura acautelada da carta. As primeiras críticas ao projeto da Comissão Científica surgiram menos de seis meses após sua proposição. Uma das matérias de capa do *Diário do Rio de Janeiro* intitulava-se "A Comissão Exploradora e

12
Carta de Martius a Porto Alegre. *In: Revista do IHGB,* actas das sessões de 1861. Tomo 64, p. 738-740. ‘

13
Carta ao Doutor Martius, 20 de janeiro de 1863. In: DAMASCENO, Darcy e CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão,* catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 155.

o Ceará", fazendo considerações sobre as instruções de viagem redigidas por Cândido Batista de Oliveira. Ele e Manuel de Araújo Porto Alegre redigiram as instruções da Seção Astronômica e Geográfica e da Seção Etnográfica e Narrativa de Viagem, respectivamente, enquanto seus chefes estavam na Europa em busca de materiais para empreender a viagem.

Apesar de louvar a "inteligência tão vasta quanto esclarecida" de Oliveira, então diretor do Jardim Botânico e senador pela província do Ceará — ressaltando, com ironia, este representante vitalício de uma província "que tão espontaneamente o elegeu para advogar (...) a sua causa e os seus interesses" [14]—, a matéria questiona o artigo 14 das instruções, que coloca como medida para combater as secas na região a sondagem para a instalação de poços artesianos. Ora, fontes artesianas atenderiam apenas o fornecimento de água para a população e os animais, desnecessárias numa província cujos povoados quase todos estão situados à margem dos rios, bastando cavar "dois ou três palmos de areia para rebentarem veias abundantes e inesgotáveis de água doce e salubre". O flagelo da seca só seria aplacado com a "introdução de uma grande massa de água corrente e perene (...), [qu]e entretenha a umidade atmosférica, melhoramento que só por si bastará para conservação da verdura das matas, e por conseguinte para a extinção das secas". A melhor solução seria canalizar o rio São Francisco para encher o leito do rio Jaguaribe. Afinal, o autor diz esperar que o "tão ilustre brasileiro a quem nos referimos não poupará nenhum dos imensos recursos de que dispôs para livrar a província que tão dignamente representa no parlamento, de um flagelo assustador que ameaça tragá-la nas voragens de um abismo, qual é a seca"[15].

Na imprensa pululam manifestações acerca da utilidade ou desvantagem desse tipo de exploração, com destaque ora para o engrandecimento da nação pelo conhecimento, ora para os "imensos recursos" que mobilizam — e que melhor seriam aproveitados em outras necessidades do país. Para o bem ou para o mal, a Comissão Científica figura como referência nestas questões. Novamente o *Diário do Rio*

14
Os senadores nesse período eram escolhidos pelo imperador a partir de uma lista tríplice, com candidatos eleitos nas províncias por votação indireta e majoritária. Para o cargo, que era vitalício, somente podiam ser candidatos cidadãos natos ou naturalizados com idade mínima de 40 anos e rendimento anual acima dos 800 mil réis.

15
"A Comissão Exploradora e o Ceará". *Diário do Rio de Janeiro,* 27 de novembro de 1856, p. 1. Acervo da Biblioteca Nacional.

de Janeiro alerta sobre a inutilidade de enviar outra comissão para explorar o rio Tibagi, no Paraná, por já se conhecer de antemão suas inúmeras corredeiras e a pouca profundidade de seu leito (o que inviabilizaria fazer o trajeto em canoas), bem como o risco de expor os viajantes a caminhos com poucos recursos, em que é preciso "carregar os objetos em costas de animais, por cujo frete se pede grande quantia". Destaca, porém, o papel aglutinador que se esperava da Comissão Científica, considerada mais proveitosa do que pequenas explorações. "Pois que o governo há de auxiliar essa comissão e lhe há de fornecer dinheiros, pois que essa comissão científica há de fazer aquilo que as comissões exploradoras foram encarregadas, é claro a todas as luzes o que deixamos dito"[16].

Mesmo assim, denota-se no texto uma discussão há muito superada, em que o imperativo da exploração do interior já se sobrepõe a perigos e despesas, numa tradição iniciada com a ambiciosa (e trágica) expedição La Condamine (1735-1745), passando pelas viagens científicas de Alexander von Humboldt (1799-1804) e a realizada por Martius e Spix (1817-1820) – para ficarmos apenas em explorações na América do Sul.

Estes vastos conteúdos seriam conhecidos não por meio de linhas finas sobre um papel em branco, mas por representações verbais que por sua vez são condensadas em nomenclaturas ou por meio de grandes rotuladas nas quais as entidades são inseridas. A totalidade finita destas representações ou categorias constitui um "mapeamento", não só de linhas costeiras ou rios, mas de cada polegada quadrada, ou mesmo cúbica, da superfície terrestre (Pratt, 1999, p. 64).

Um mês antes, o Correio Mercantil iria na contramão, conclamando os cidadãos na festa do 7 de setembro a estimar e prezar o que é da pátria. Pátria esta que surpreende os que aqui vêm estudar nossos usos, costumes e grau de adiantamento, desvanecendo a reputação inferior pintada no estrangeiro. O artigo referia-se à recente partida no porto do

16
"A opinião e o governo e as explorações dos rios interiores". *Diário do Rio de Janeiro,* 23 de outubro de 1857, p. 1. Acervo da Biblioteca Nacional.

Rio de Janeiro da fragata Novara, trazendo os membros da comissão austríaca que fariam uma viagem de circum-navegação pelo globo, considerada a última grande expedição científica global do século XIX. Informa que a fragata voltaria ao Rio antes de aportar definitivamente na Europa, a fim de fazer permutas científicas com a nossa Científica, que a este tempo já haveria retornado à Corte. A comparação tanto das iniciativas quanto dos dois países reforça o valor de uma exploração em nossas províncias interiores.

Este exemplo, dado por um governo absoluto, e que, como diz o vienense Saphir, está atrasado de um século, deve mostrar que não foi um plano absurdo o de mandar ao nosso interior uma Comissão Científica dirigida pelo sábio Dr. Freire Alemão. Se a Áustria colherá disso não pequenas vantagens, por que não tirará o Brasil igual ou maior proveito de uma expedição do mesmo gênero?[17]

Nos dois artigos evidencia-se uma compreensão extremada do fazer científico; por um lado subestimado pela "inutilidade" diante de outras urgências, e por outro exagerando a capacidade de a comissão, por si só, equiparar o Brasil às demais nações civilizadas. Não se levava em conta que o historiador natural era guiado por demandas distintas de conquistadores e comerciantes – embora várias vezes tenha se associado a estes para alcançar regiões mais remotas e atuado como agente da expansão imperialista. Sua área de atuação era precisamente o sertão; e os conteúdos dessas massas de terra à água, cuja pujança e diversidade se impunham como verdadeiras barreiras naturais, quase intransponíveis, seu objeto de estudo. No meio de densas florestas ou entocada em áreas de caatinga poderia muito bem haver eldorados ou vestígios de civilizações tão antigas quanto os astecas, incas e maias, das quais os indígenas seriam "descendentes degenerados". Ou, como destacara Manoel Ferreira Lagos em seu argumento a favor da Científica, a descoberta de uma simples folha ou animal que abrisse novos mercados ou rivalizasse

17
"Páginas menores. 7 de setembro". *Correio Mercantil,* 7 de setembro de 1857, p. 1. Acervo da Biblioteca Nacional.

com os existentes era justificativa mais que suficiente para o investimento em viagens científicas.

Mesmo em condições ideais de financiamento, equipamento e pessoal, era impossível prever todos os percalços de um percurso. Ou, sendo a viagem bem-sucedida, garantir a descoberta de conhecimentos e produtos que pudessem ser utilizados a curto e médio prazo. Mas o que se observa na trajetória das ciências no Brasil, mesmo com os esforços empregados num reformismo científico desde finais do Setecentos, é que o investimento na formação de vassalos ilustrados, exploração do interior das colônias e divulgação de conhecimentos úteis não impediu que a constituição de redes de informação científica esbarrassem em entraves burocráticos, na influência ainda forte do catolicismo sobre o conhecimento, que conferia "à religião um caráter natural e à Natureza, um sentido religioso" (Costa apud Neves, 2012, p. 288), sem falar em certas tradições políticas e culturais, baseadas em relações de proteção e favores. Assim, "sem auditório capacitado para captar as mensagens de persuasão científica, sem estarem assegurados os mecanismos de difusão e popularização dos sucessos e achados, o trabalho dos cientistas perdia oportunidades de consolidação" (Cardoso apud Neves, 2012, p. 289).

A tradição instrumental herdada da monarquia lusitana ainda pesava na estrutura do Império – e, por conseguinte, sobre nossos naturalistas, que dependiam do seu financiamento. A presença desses naturalistas em várias instituições científicas do Império pode ser um indício não só de um projeto unificado, mas também da dificuldade de manutenção de quadros, tanto em relação a número de profissionais quanto de recursos, obrigando-os a atuar em mais de uma frente para complementar a renda. A comunidade de naturalistas emergente no Brasil também não era tão coesa quanto a fala de Lagos tenta colocar, dividida em interesses e ideias científicas distintas, quando não francamente conflitantes.

Comparativamente ao período anterior, as Ciências Naturais [em meados do século XIX], de modo geral, não tiveram presença marcante nesse projeto que consolidou a economia agrária, dependente e escravocrata brasileira. A outra "face da moeda" desse projeto, de institucionalização das Ciências Naturais no país, que se destaca foram as iniciativas da emergente comunidade científica que disputou, com relativo êxito, apoio político e mecenato imperial para cada uma de suas ações e de seus diferentes interesses (Lopes, 1997, p. 325).

Acredito que essa posição das ciências naturais no período seja menos de ausência do que uma dificuldade em colocar as projeções em prática, devido às circunstâncias do país, interpenetrada por ideologias e interesses. Isso pode explicar em parte o desapreço que a expedição aos sertões cearenses sofreu. Um exemplo disso são as desavenças, ocorridas ainda durante a fase de preparação da Comissão Científica, entre o chefe da Seção Geológica e o marquês de Olinda, então chefe do gabinete imperial e ministro do Império. Renato Braga atribui, apoiado na correspondência entre Capanema e Gonçalves Dias, o atraso na compra de materiais para a viagem na Europa e a postergação do retorno de Dias e Gabaglia para o início da Comissão a uma orientação do próprio Capanema, motivado por questões políticas e pessoais com o ministro. Além das reservas contra o velho regente, Capanema teria tomado as dores do cunhado, Araújo Porto-Alegre, quando este dirigia a Escola de Belas Artes. Olinda teria nomeado para a cadeira de Pintura Histórica "um substituto de pouca habilidade artística, grande, porém, nas artes de alcovitice", desautorizando Porto-Alegre, que se demitiu do cargo. A história é relatada por Capanema a Dias, ressaltando ao amigo ser uma imprudência ir para o sertão enquanto Olinda fosse ministro.

Ora supõe tu que o velho Marquês quando estivermos lá no interior se lembre de repente que os cofres públicos não suportam tal expedição e sem mais nem mais nos suspenda? Ou que al[guns] caretas, armados

de [ilegível] saibam gan[har os] bons afetos do Exmo. Presidente do Conselho e que o Excelentíssimo descubra que nós somos insuficientes para dar conta da mão, e nos ordene aceitar uns tantos inconvivíveis estúpidos, ajudantes, companheiros ou chefes? Etc. etc. etc. Não crês que quem salta por cima de uma lei para proteger um afilhado seja capaz de pular por cima de nós? E depois do exemplo citado devemos confiar ao I. [imperador] que por nossa causa certamente não fará questão de gabinete, pois que em nós não está de certo a salvação da pátria[18].

O que se percebe no trecho acima é que, mesmo com as dúvidas que Capanema levanta, nesta e em outras cartas a Dias, em relação à possibilidade de realizar a expedição tal como foi projetada, diante das restrições de suporte dos cofres públicos e de um número insuficiente de naturalistas empregados, o geólogo quer evitar a todo custo a ingerência de gabinetes políticos sobre a Comissão Científica. O chefe da Seção Geológica consegue defender, simultaneamente, a construção do Estado Imperial e seus interesses, como membro de numa comunidade científica emergente, que malgrado "suas divergências e desacordos, e possivelmente capacidades científicas diferenciadas" (Lopes, 1997, p. 143) procurava se impor numa certa unidade. E também a posição frágil da ciência dentro deste projeto, quando Capanema considera que nem mesmo o imperador, entusiasta de primeira hora da viagem exploratória e seu amigo de infância, entrasse em questão com o ministro Olinda diante da posição baixa da Comissão na lista de prioridades do governo.

Entretanto, uma hipótese plausível é de que a desconfiança de intenções fosse mútua. Na coleção marquês de Olinda, sob a guarda do IHGB, encontra-se a cópia de cartas de Capanema a Gonçalves Dias, chefe da Seção Etnográfica, compreendidas entre 1858 e 1861, com comentários dos comissionados sobre a organização e os rumos da Comissão Científica. O manuscrito é atribuído pela instituição a um funcionário da Secretaria do Estado do Ministério do Império. Em carta a Capanema, de 15

18
Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Rio de Janeiro, 12/11/1857. *In Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), vol. 84, 1964, p. 157.

de maio de 1857[19], Gonçalves Dias havia alertado o amigo que as cartas dele chegavam à Alemanha abertas, e que o mesmo havia acontecido com a correspondência de Gabaglia. A suspeita era de que a violação ocorresse na Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros (onde Dias e Ferreira Lagos tinham cargos de oficiais) ou na Secretaria de Estado dos Negócios do Império, de onde eram despachados cartas e ofícios para a Europa. A carta segue dando conta de atrasos de meses no recebimento de ofícios do Brasil (o que teria, segundo Dias, atrasado a compra de material para a Comissão).

A viagem exploratória podia contar com o apoio de Pedro II, mas uma burocracia imperial, por mais centralizada, é composta por diversas demandas e interesses, dos mais relevantes para construir um projeto de Estado, aos mais iníquos em termos de inimizades e malquerenças. A vigilância dos passos de membros da Comissão via espionagem interna indicam um movimento na querela pessoal entre Capanema e Olinda, tanto que a "vingança" não tardaria. O gabinete de Olinda é dissolvido em dezembro de 1858, e Capanema pode finalmente desfazer os entraves para a viagem. Olinda, entretanto, volta ao cargo de ministro dos Negócios do Império em 1862 e inicia uma investigação para apurar "escândalos e desmandos provocados por Guilherme Schüch Capanema". Aparentemente, a investigação e o relatório resultante (que também se encontra na Coleção Marquês de Olinda) não tiveram maiores consequências, mas são um dado relevante para divisar a rede de intrigas. Pode denotar também uma preocupação motivada por um confronto de gerações, no tocante a iniciativas científicas. Conservador, sócio honorário do IHGB e participante ativo da política brasileira desde 1819, ao marquês de Olinda tais iniciativas de prospecção e formação de coleções, distante do pragmatismo das ciências de seu tempo de formação, poderiam parecer pouco confiáveis ou úteis.

Enfim, entre projeções e tropeços, gostaria de localizar a iniciativa da Comissão Científica de Exploração num período de transição de um fazer

19
Carta de Antonio Gonçalves Dias a Guilherme Capanema, Dresden, 05/05/18597. *In Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), vol. 84, 1964, p. 218 a 221.

científico institucionalizado. Se, nas palavras do próprio Gonçalves Dias no proêmio dos *Trabalhos da Comissão Científica,* apresentava-se ali tão somente "um leve bosquejo histórico (...), seguido dos relatórios sumaríssimos dos trabalhos de cada uma seção", era porque um estudo mais detido das coleções, notas e observações obtidas no Ceará era "negócio de meditação e tempo". E cita como parâmetro a mesma expedição austríaca (1856-1859) que aportara na Corte na época em que a iniciativa da Comissão do Ceará fora aprovada, e que àquela altura (1862) ainda não havia apresentado os resultados da viagem.

Uma comissão idêntica, organizada pelo governo austríaco, e que há anos aqui esteve no Rio de Janeiro, na fragata Novara, viajando com outras comodidades, que não teve a Comissão brasileira, e hoje de volta à Europa, habilitada e dispondo de outros recursos, que estamos muito longe de possuir, para a mais pronta execução e apresentação dos seus trabalhos, pediu para isso quatro anos; e esse prazo mínimo, reclamado pela Seção Etnográfica, a cargo do ilustre Sr. Dr. Carlos Schertzer, a ninguém pareceu excessivo (Dias *apud* Braga, 1962, 159-160).

Conclusão

Se as sonhadas jazidas de ouro e metais não passavam de miragem ou se não foi possível catalogar e publicar os resultados da expedição, a Científica foi uma iniciativa marcante num movimento de reforma e consolidação das ciências naturais no Brasil, protagonizada pelo então Museu Imperial (atualmente Museu Nacional). Se o IHGB centrou seu papel nas diretrizes a orientar o projeto de uma exploração nacional feita por nacionais, o objetivo primeiro da iniciativa, explicitada na proposta de Lagos, é a formação de coleções para o Museu, feita por naturalistas com fortes laços com a instituição. Tanto que as espécies coletadas, a biblioteca, os instrumentos e materiais utilizados na viagem ao Ceará foram incorporados pelo Museu, implicando num salto qualitativo nas coleções e atividades do Museu Nacional dali em diante. Também terá um relevante papel

simbólico, na medida em que a exploração científica empreendida por estes homens, "debaixo da imediata proteção do imperador", permitiriam a construção de saberes e a coleta de novas fontes para a escrita da História do Brasil, capazes tanto de conjurar conflitos territoriais que ameaçavam a unidade do Império quanto traçar uma genealogia da Nação (Ferreira, 2006, p. 278).

Bibliografia

Alves CJ. *Ciência e arte em José dos Reis Carvalho: a pintura na Comissão Cientifica de Exploração do Ceará (1859-1861)*. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUC-SP, 2006.

Braga R. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

Castelnau F. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro, Itataia, 2000.

Silva Dias MOL. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo, Alameda, 2005.

Dias AG. "Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Parte Histórica (Proêmio)". In Braga, R. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

Ferreira LM. "Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial". *História, Ciências, Saúde-Manguinhos,* vol. 13, n. 2, Rio de Janeiro, abril/junho, 2006.

Gregório, V.M. "O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX". *Nova Economia,* Belo Horizonte, n. 19 (1), janeiro-abril de 2009, p. 185-212.

Kury L. A Comissão Científica de Exploração (1859-1861): a ciência imperial e a musa cabocla. In Heizer, A. e Videira, A. A. P. (org.). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

Kury L. (org.). *Comissão Científica do Império (1859-1861)*. Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson Editora, 2009.

Lopes MM. Mais vale um jegue que me carregue que um camelo que me derrube... lá no Ceará. *História Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, Fiocruz, volume III, março-junho de 1996.

Lopes MM. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

das Neves GP. "Natureza, ciência e política no mundo luso brasileiro de inícios do século XIX. In: KURY, Lorelai e GESTEIRA, Heloísa (orgs.). *Ensaios de história das ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2012, p. 281-291.

Oliveira Filho SWC. *"Estranho em terra estranha": práticas e olhares estrangeiro-protestantes no Ceará oitocentista*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011.

Pinheiro R. *As Histórias da Comissão Científica de Exploração (1856) na correspondência de Guilherme Schüch de Capanema*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2002.

Alegre MSP. *Comissão das Borboletas: a ciência do Império entre o Ceará e a Corte (1856-1867)*. Fortaleza, Museu do Ceará/ Secult, 2003.

Pratt ML. Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.

Silva Filho, ALM. Nota Explicativa. In ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza-Crato, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

Data de Recebimento: 12/08/2014
Data de aprovação: 03/11/2014
Conflito de Interesse: Nenhum declarado
Fonte de Fomento: Programa Reuni de Orientação e Operacionalização da Pós Graduação Articulada à Graduação (PROPAG).